

CENÁRIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO TOCANTINS

Congresso Online Internacional de Educação, 2ª edição, de 14/06/2021 a 18/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-25-8

OSTER; VANESSA VIEBRANTZ¹, ARAÚJO; Denis Luciano Pereira², OSTER; Rodrigo Viebrantz³

RESUMO

Há tempos a população clama por uma mudança nas políticas públicas educacionais. Na realidade as políticas públicas existem, porém, o processo de implementações deixa muito a desejar, pois normalmente não são efetivadas e passam a ser um mero registro na legislação. Com o intuito de assegurar, o direito, a educação pública de qualidade para a sociedade, o poder público possui o Plano Nacional de Educação (PNE), com período de 2014 - 2024, instituído por meio da Lei nº 13.005/2014. O citado documento é formado por 10 diretrizes, 20 metas, além de todas as estratégias que deverão ser desenvolvidas, pelos entes federados, para que seja possível a universalização da educação de qualidade. A partir do PNE os estados elaboraram os seus Planos Estaduais e os municípios o Plano Municipal de Educação (PME). O PME foi desenvolvido de forma alinhada ao PNE e de acordo com a realidade municipal. Entre as metas elencadas está a universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até o ano de 2016 (Meta 1.A). Por ser um plano de governo norteador de políticas educacionais, o PME precisa ser monitorado e avaliado continuamente. Segundo o caderno orientador do processo de monitoramento e avaliação dos PME, monitorar é ter condições de verificar a evolução do processo de implementação das metas enquanto avaliar é considerar os resultados alcançados e determinar os direcionamentos que devem ser dados para a efetivação das metas previstas. Com o intuito de analisar a implementação da meta 1A no estado do Tocantins, meta que já teve o seu prazo de efetivação findado, esta pesquisa realizou análise dos relatórios do Índice Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão responsável por monitorar e avaliar as políticas públicas. O IEGM é um indicador que possibilita mensurar a qualidade das políticas e das atividades que os municípios jurisdicionados estão prestando aos cidadãos. Destaca-se que a Resolução Normativa TCE-TO- Pleno nº 221/2016 torna obrigatória a adesão dos municípios a este índice. No que tange a universalização da educação infantil, dos 136 municípios que responderam os questionários, apenas os municípios de Fortaleza do Tabocão e Pedro Afonso, em 2016 e 2017, asseguraram vagas para que 100% das crianças de 4 a 5 na pré-escola. Segundo dados do IEGM de 2016 existiam no estado 1020 crianças com idades entre 4 e 5 anos que não frequentavam o ambiente escolar. Evidenciando assim o descumprimento da primeira meta do PNE. Está conjuntura é preocupante já que, 77% dos municípios, apresentam avanço anual médio negativo, evidenciando que esta meta, que deveria ter sido contemplada em 2016, não será cumprida nem no final do PNE em 2024, estando assim em situação de descumprimento.

PALAVRAS-CHAVE: ensino, qualidade, universal

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins., vanessaoster@ifto.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins., denis.araujo@ifto.edu.br

³ Secretária Municipal de Educação - Palmas/Tocantins, viebrantzoster@hotmail.com